



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

1058/2019


Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do Art. 48 do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública, no dia 24 de setembro de 2019, às 13:30 horas, no Plenário Helvécio Arantes, para discutir a situação dos Agentes de Combate a Endemias – ACE II alocados em quadro transitório pela Lei nº 11.136/2018 no que tange à regulamentação do referido Diploma Legal que Prevê a Realocação destes servidores na função gratificada de Supervisor das Atividades Operacionais de Campo.

Esclareço que tal solicitação é devido ao não cumprimento dos encaminhamentos feitos em audiência pública anterior na qual os representantes da Prefeitura se comprometeram a discutir a situação com a categoria e o sindicato e chegar a um acordo que atendesse todas as partes.

Sugiro, sejam convidados:

Sr. Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde
Sr. André Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Sra. Fernanda Neves - Subsecretária de Gestão de Pessoas
Sr. Israel Arimar de Moura – Presidente do SINDIBEL
Sr. Ewerton de Matos – ACE II – tom07.tocm@gmail.com


Vereador Gilson Reis
Líder do PC do B

Exmo. Sr.
Vereador Léo Burguês de Castro
Presidente da Comissão de Administração Pública

REQUERIMENTO ANALISADO
Proposição Inicial
Avulsos distribuídos
04 / 09 / 19
593
Responsável pela distribuição:

CHBH_DINLEG-03/set/19-17:28:13-006850-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 1058 / 2019

EVENTO: () VISITA TÉCNICA () REUNIÃO COM CONVOCADO/CONVIDADO*

☒ AUDIÊNCIA PÚBLICA* () SEMINÁRIO () OUTRO: _____

*Se o evento se der em reunião extraordinária, deverá ser publicada a respectiva convocação.

A Comissão de **Administração Pública** deliberou por:

() rejeitar o requerimento	<input checked="" type="checkbox"/> adiar a apreciação do requerimento
() aprovar o requerimento	() alterar oralmente as características do evento aprovado

Com as seguintes alterações e/ou observações marcadas abaixo, se houver:

Fica marcado o evento para o dia ____/____/____, às ____h ____min.

Local do evento: _____

Lista de convidadas e convidados: _____

Serão definidos posteriormente: () a lista de convidadas e convidados () a data () o horário () o local, sob pena de não realização.

Outros: _____

Relatoria eleita: _____

Nos termos do Art. 8º da Portaria 16.747/16, o envio de convites, se houver, será de responsabilidade da assessoria do gabinete requerente, quando a aprovação completa de data, horário, local e lista de convidadas e convidados ocorrer sem a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação à data pretendida para a realização do evento.

30ª Reunião Ordinária
Em 10/09/2019

Presidência da reunião - ASSINATURA
Vereadora/Vereador Leão Benquês de Castro

Avulsos distribuídos em: <u>10/09/2019</u> <u>[assinatura]</u> Secapc	Gestão no SIL por: Reserva Pleno por:	Responsável Divapc: <u>Majinel/ Liliene</u> Responsável Divcol: <u>Evana</u>
--	--	---

Tabela de dados para consulta interna

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Parecer de 2º turno às emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 ao Projeto de Lei de nº 594/2018

Relatório

A Comissão de Administração Pública vem proferir parecer diante das emendas de nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6 apresentadas pelo Vereador Pedro Bueno e emenda substitutiva nº 7 de autoria das Vereadoras Auréa Carolina e Cida Falabella ao Projeto de Lei nº 594/2018 de autoria do Vereador Jair Di Gregório que "Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Município de Belo Horizonte".

O Projeto foi instruído com a legislação correlata às fls. 06/20. Emendas de 1 a 6 às fls. 61-66 e emenda 07 fls. 68-78. Registro de votação que aprovou o texto original do Projeto de Lei, em primeiro turno na 30ª Reunião Ordinária de 12/04/2019, fl. 74.

Desta forma, seguiu a matéria para parecer da Comissão de Legislação e Justiça, opinando pela constitucionalidade das Emendas de nº 1 a 7, pela jurisdição das Emendas nº 1 a 5, pela antijuridicidade das Emendas nº 6 e 7 e pela regimentalidade das Emendas 1 a 7.

Logo, a matéria foi adiante para a Comissão de Saúde e Saneamento, o Relator apresentou parecer pela rejeição das Emendas de nº 1 a 6 e pela aprovação da Emenda de nº 7, sendo o parecer rejeitado pelos outros membros que compõe a comissão. Assim, fora designado o Vereador

Fernando Borja como novo Relator, ocorrendo a não apresentação do parecer no prazo regimental, ocasionando a perda de prazo.

Assim, a proposta também fora encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor que opinou pela Rejeição da Emenda de nº 1 e pela Aprovação das emendas 2, 3, 4, 5, 6 e Emenda substitutiva 7.

Por fim, despacho nomeando esse Relator nos termos do regimento, fl. 105.

É o Relatório.

Fundamentação

Conforme já exposto, trata-se de parecer que analisa as Emendas de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 ao Projeto de Lei 594//2018. Desse modo, passo a expor razões e argumentos que fundamentam esse parecer, pondo se à vista a cada Emenda.

Emenda Supressiva nº 01: Tal emenda, descrita na fl. 61, suprime o inciso XX do art. 3º do Projeto original.

Art. 3º - Para efeitos da presente Lei consierar-se-à ofensa verbal ou física, dentre outras, as seguintes condutas:

(...)

XX – Não informar a mulher, com mais de 25 (vinte e cinco) anos ou com de 2 (dois) filhos sobre seu direito à realização de ligadura nas trompas, gratuitamente nos hospitais públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde

Assim, ao analisar o inciso, entendo não prosperar a supressão, pois, a informação deve ser fornecida obrigatoriamente, sendo um direito da mulher a informação prestada pelo prestador de serviço público (hospitais públicos e hospitais conveniados) para relevante efetivação do direito sexual e reprodutividade. Por essa razão, Rejeito a Emenda supressiva de nº 01.

Emenda Aditiva nº 02: A presente Emenda, descrita na fl.62, acrescenta ao artigo 4º o seguinte parágrafo, vejamos:

Art. 4º (...)

Será composta uma comissão para elaboração da cartilha com participação da sociedade e de movimentos sociais de mulheres.

O seguinte parágrafo vem fortalecer através da participação da sociedade e de movimentos sociais de mulheres a elaboração de cartilhas para que tragam informações e esclarecimentos necessários para um melhor atendimento e efetivação de políticas públicas. Desta forma, pugno pela Aprovação da Emenda aditiva de nº 2.

Emenda Substitutiva nº 03: A presente emenda acrescenta diretrizes a serem seguidas na elaboração da cartilha mencionada no caput do artigo 4º do Projeto de Lei 594/2018, Portaria nº 1459, de 24 de Junho de 2011, do Ministério da Saúde, que institui a Rede Cegonha e a Portaria nº 569/GM de 1 de Junho de 2000, que estabelece o Programa de Humanização do Pré-Natal e do Nascimento. Pelo exposto, entendo que emenda traz uma redação do texto mais completo e mais adequado para que se traga melhores informações e esclarecimentos. Por tais razões, proponho a aprovação da Emenda Substitutiva nº 03.

Emenda Aditiva nº 04: Através de mais um parágrafo acrescido no Art. 4º , busca que o poder público ou prestador de serviços públicos ou conveniados hospitalares tragam a efetivação entrega da cartilha na primeira consulta de acompanhamento do Pré-Natal. Desta Forma, esse relator pondera pela aprovação da Emenda Aditiva de nº 04.

Emenda Aditiva nº 05: A presente emenda, acrescenta mais um inciso no Art. 3º do referido projeto, pois, considerará ofensa física ou verbal, dentre outras, caso " não informar à mulher o direito à realização do Plano de Parto". Entende-se necessário que o plano de parto é um instrumento adequado para a gestante, uma vez que a forma de comunicação entre o casal e os profissionais de saúde , incluindo obstetrizes e médicos, que irão assistir a gestante durante o trabalho de parto e o parto, traz uma confiança maior á gestante. Por estas razões, pugno pela aprovação da Emenda aditiva de nº 05.

Emenda Substitutiva de nº 06: A presente emenda deu uma nova redação ao caput do Art. 4º do projeto em tela. "Fica autorizado o Executivo a elaborar a cartilha dos Direitos da Gestante e da Parturiente, propiciando a todas as mulheres as informações e esclarecimentos necessários para um atendimento hospitalar digno e humanizado, visando à erradicação da violência obstétrica". Entendo que a emenda substitutiva de nº 06 traz uma redação mais adequada, requerendo desta forma a sua Aprovação.

Substitutivo – Emenda nº 07 ao Projeto de Lei nº 594/2018: O substitutivo, em questão, após comparação com o texto original da PL, trouxe algumas modificações e acréscimos plausíveis, procurando dar mais amplitude a proteção da gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Município de Belo Horizonte. Portanto, pugno pela aprovação do Substitutivo- Emenda de nº 07.

Portanto, no que tange a competência desta Comissão de Administração Pública prevista no art. 52, alíneas "g", "j" e "l", como relator, não vislumbro óbice pela aprovação das Emendas de nº 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Pois as mesmas se enquadram no direito das gestantes e parturientes ter direito as informações, respeito e procedimentos que forem necessários pelos órgãos prestadores de serviços públicos e conveniados. Desta forma, tais emendas contribuem para a efetivação de políticas públicas pela administração pública em geral, contribuindo para o 'Bem-estar' a gestantes e parturientes.

Conclusão

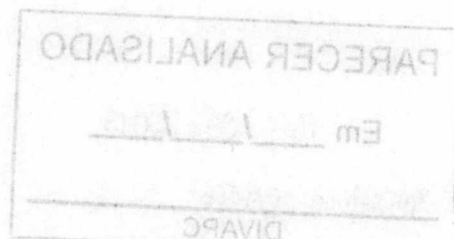
Em face do exposto, opino pela REJEIÇÃO da Emenda Supressiva de nº 01 e pela APROVAÇÃO das Emendas 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2019.



VEREADOR: RAMON BIBIANO DA CASA DE APOIO

RELATOR





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 779/2019

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Vem a essa Comissão o Projeto de Lei n.º 779/2019 que “Institui o Programa tempo de Respeitar, que dispõe sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens e dá outras providências.”.

O Projeto foi distribuído às Comissões de Legislação e Justiça, Mulheres, Administração Pública e Orçamento e Finanças.

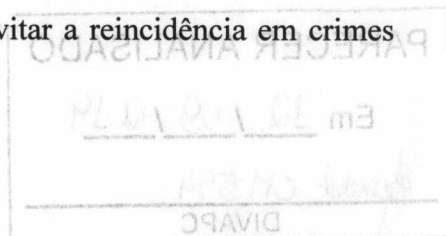
Na Comissão de Legislação e Justiça foi aprovado parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Ato seguinte, a Comissão de Mulheres apresentou diligência, aprovada em 15/07/2019, todavia não obteve resposta. Foi emitido parecer pela aprovação PL.

Tendo sido designado relator pela Comissão de Administração Pública, passo a emitir parecer sobre o projeto na forma do art. 52, II, "g" do Regimento Interno, qual seja, estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em análise tem por objetivo chamar o autor de violência à responsabilização, promover o entendimento do papel do homem e da mulher na sociedade, proporcionar a oportunidade de restaurar suas relações sociais através do encaminhamento aos serviços sociais do Município, e evitar a reincidência em crimes de violência contra a mulher.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pela perspectiva da alínea “g”, e em análise ao Plano Plurianual constatamos que a SMASAC já possui Ação e Sub-ações cujas iniciativas são para proteção dos direitos das Mulheres. Desta forma, o programa poderá enquadrar-se nas ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASAC) em coordenação com a Diretoria de Políticas para Mulheres.

Portanto, não vejo óbices à aprovação do projeto.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, manifesto-me pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 779/2019.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2019.


Léo Burguês de Castro
Relator

